

COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ

Termo de Referência 34/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2026	160298-COMANDO DA 1 REGIAO MILITAR/RJ	ANANIAS AUGUSTO DE ANDRADE	18/06/2026 16:35 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64279.018411/2026-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64279.018411/2026-11)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gêneros Alimentício - Quantitativo de Subsistência (QS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UN. MEDIDA	REQ. MÍN.	REQ. MÁX.	QTD TOTAL	VALOR DE REFER.	VALOR TOTAL
1	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA – CONTRAFILÉ (especificações detalhadas no Anexo II - A) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	447461	Kg	100	300.000	300.000	R\$ 48,89	R\$ 14.667.000,00
2	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA – LAGARTO (especificações detalhadas no Anexo II - A) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	447441	Kg	100	127.500	127.500	R\$ 38,90	R\$ 4.959.750,00
3	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA – CORAÇÃO DA ALCATRA (especificações detalhadas no Anexo II - A) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	447479	Kg	100	300.000	300.000	R\$ 44,99	R\$ 13.497.000,00
	CARNE BOVINA DESOSSADA							

4	CONGELADA – MIOLO DA PALETA (especificações detalhadas no Anexo II - A) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	451062	Kg	100	127.500	127.500	R\$ 37,90	R\$ 4.832.250,00
5	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA – COXÃO MOLE SEM CAPA (especificações detalhadas no Anexo II - A) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	447431	Kg	100	225.000	225.000	R\$ 44,90	R\$ 10.102.500,00
6	CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA – PATINHO (especificações detalhadas no Anexo II - A) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	447448	Kg	100	195.000	195.000	R\$ 42,99	R\$ 8.383.050,00
7	COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA (especificações detalhadas no Anexo II - B) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	447636	Kg	100	387.000	387.000	R\$ 12,99	R\$ 5.027.130,00
8	FILÉ DE PEITO DE FRANGO CONGELADO (especificações detalhadas no Anexo II - C) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.	447581	Kg	100	600.000	600.000	R\$ 19,00	R\$ 11.400.000,00
9	FILÉ DE PEIXE CONGELADO – FILÉ DE MERLUZA (especificações detalhadas no Anexo II - D) - CTF 16-4: Preparação de pescados e fabricação de conserva de pescados.	448897	Kg	100	22.500	22.500	R\$ 34,50	R\$ 776.250,00
10	FILÉ DE PEIXE CONGELADO – FILÉ DE MERLUZA (especificações detalhadas no Anexo II - D) - CTF 16-4: Preparação de pescados e fabricação de conserva de pescados. Cota reservada para ME /EPP.	448897	Kg	100	7.500	7.500	R\$ 34,50	R\$ 258.750,00
11	FILÉ DE PEIXE CONGELADO – TILÁPIA (especificações detalhadas no Anexo II - D) - CTF 16-4: Preparação de pescados e fabricação de conserva de pescados.	448953	Kg	100	45.000	45.000	R\$ 41,99	R\$ 1.889.550,00
12	FILÉ DE PEIXE CONGELADO – TILÁPIA (especificações detalhadas no Anexo II - D) - CTF 16-4: Preparação de pescados e fabricação de conserva de pescados. Cota reservada para ME /EPP.	448953	Kg	100	15.000	15.000	R\$ 41,99	R\$ 629.850,00
13	CARNE SUÍNA DESOSSADA CONGELADA – LOMBO SUÍNO (especificações detalhadas no Anexo II - E) - CTF 16-2:	447518	Kg	100	66.375	66.375	R\$ 25,97	R\$ 1.723.758,75

	Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal.							
14	CARNE SUÍNA DESOSSADA CONGELADA – LOMBO SUÍNO (especificações detalhadas no Anexo II - E) - CTF 16-2: Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal. Cota reservada para ME/EPP.	447518	Kg	100	22.125	22.125	R\$ 25,97	R\$ 574.586,25
15	AÇÚCAR, GRUPO I, BRANCO, REFINADO - (especificações detalhadas no Anexo II – F) - CTF 16-6: Fabricação e refinação de açúcar.	463996	Embalagem 5 kg	100	40.050	40.050	R\$ 15,45	R\$ 618.772,50
16	AÇÚCAR, GRUPO I, BRANCO, REFINADO - (especificações detalhadas no Anexo II – F) - CTF 16-6: Fabricação e refinação de açúcar. Cota reservada para ME/EPP.	463996	Embalagem 5 kg	100	13.350	13.350	R\$ 15,45	R\$ 206.257,50
17	ARROZ BENEFICIADO, AGULHINHA POLIDO, LONGO FINO - TIPO I (especificações detalhadas no Anexo II – G) - CTF 16-1: Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.	458904	Embalagem 5 kg	100	96.075	96.075	R\$ 25,12	R\$ 2.413.404,00
18	ARROZ BENEFICIADO, AGULHINHA POLIDO, LONGO FINO - TIPO I (especificações detalhadas no Anexo II – G) - CTF 16-1: Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares. Cota reservada para ME /EPP.	458904	Embalagem 5 kg	100	32.025	32.025	R\$ 25,12	R\$ 804.468,00
19	CAFÉ TORRADO E MOÍDO – TIPO SUPERIOR - NOTA DE QUALIDADE GLOBAL ENTRE 6,5 E 7,2 (especificações detalhadas no Anexo II – H) - CTF: 16-1: Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação.	463581	Embalagem 500 g	100	246.000	246.000	R\$ 39,98	R\$ 9.835.080,00
20	FEIJÃO COMUM, PRETO - TIPO I (especificações detalhadas no Anexo II – I) - CTF 16-1: Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.	464552	Embalagem 1 kg	100	454.500	454.500	R\$ 10,75	R\$ 4.885.875,00
21	LEITE EM PÓ INSTANTÂNEO INTEGRAL (especificações detalhadas no Anexo II – J) - CTF: 16-5: Beneficiamento e industrialização de leite e derivados.	446019	Embalagem 1 kg	100	316.500	316.500	R\$ 39,47	R\$ 12.492.255,00
22	MACARRÃO - ESPAGUETE (especificações detalhadas no Anexo II – K) - CTF 16-1: Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.	458951	Embalagem 500 g	100	346.500	346.500	R\$ 3,99	R\$ 1.382.535,00
	MACARRÃO - ESPAGUETE (especificações detalhadas no Anexo II – K) - CTF 16-1:							

23	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.Cota reservada para ME /EPP.	458951	Embalagem 500 g	100	115.500	115.500	R\$ 3,99	R\$ 460.845,00
24	MARGARINA - COMPOSIÇÃO BÁSICA COM 75% DE GORDURA, subtipo cremosa, tipo margarina sem sabor com sal (especificações detalhadas no Anexo II – L) - CTF 16-7: Refino e preparação de óleo e gorduras vegetais.	463700	Embalagem 3 kg	100	31.500	31.500	R\$ 37,99	R\$ 1.196.685,00
25	MARGARINA COMPOSIÇÃO BÁSICA COM 75% DE GORDURA, subtipo cremosa, tipo margarina sem sabor com sal (especificações detalhadas no Anexo II – L) - CTF 16-7: Refino e preparação de óleo e gorduras vegetais. Cota reservada para ME /EPP.	463700	Embalagem 3 kg	100	10.500	10.500	R\$ 37,99	R\$ 398.895,00
26	ÓLEO DE SOJA REFINADO – TIPO I (especificações detalhadas no Anexo II – M) - CTF 16-7: Refino e preparação de óleo e gorduras vegetais.	463692	Embalagem 900 ml	100	120.000	120.000	R\$ 7,69	R\$ 922.800,00
27	ÓLEO DE SOJA REFINADO – TIPO I (especificações detalhadas no Anexo II – M) - CTF 16-7: Refino e preparação de óleo e gorduras vegetais. Cota reservada para ME /EPP.	463692	Embalagem 900 ml	100	40.000	40.000	R\$ 7,69	R\$ 307.600,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Não será permitida a cotação parcial do quantitativo estimado.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000139/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 08/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 73 a 78;
- IV) Classe/Grupo: 8905 - CARNES, AVES E PEIXES; 8910 - OVOS E LATICÍNIOS; 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS; 8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATE; 8945 - ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS.
- V) Identificador da Futura Contratação: 160298-7/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens desta contratação, que se enquadram no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, o licitante deverá apresentar o Comprovante de Registro do fabricante do produto ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme categoria descrita em cada item constante no Termo de Referência (Anexo I).

4.1.2. O produto ofertado pelo licitante deverá estar com o Certificado de Regularidade (CR) do Fabricante/Indústria do produto ofertado no Cadastro Técnico Federal (CTF) válido e compatível com o código da categoria pertinente, sob pena de desclassificação.

4.1.3. A validação da autenticidade, validade e compatibilidade com o enquadramento na categoria pertinente será efetuada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio por meio da consulta pública ao Certificado de Regularidade (CR) disponível no link: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade.php.

4.2. Caso o Fabricante/Indústria seja dispensado dos registros acima relacionados sobre os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob a pena ter sua proposta desclassificada.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Dos registros, certificados e laudos

4.6. Na fase de aceitação e julgamento da proposta, será exigido que o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, apresente, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA, o respectivo laudo e/ou certificado do produto ofertado em sua proposta comercial, no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro via sistema, sob pena de desclassificação.

4.6.1. Os Laudos deverão ser emitidos por laboratório(s) externo(s) devidamente credenciado(s) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e/ou pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela vigilância sanitária) - REBLAS/ANVISA e/ou pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

4.6.2. O Certificado de Classificação deverá ser emitido por laboratório externo devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e emitido por pessoa física ou jurídica habilitada e credenciada na atividade de classificação respectiva do produto com registro ativo no Cadastro Geral de Classificação do MAPA.

4.6.3. Nos laudos e nos certificados de classificação deverão constar a identificação do laboratório, identificação do licitante e/ou fabricante do produto ofertado, identificação e lote do artigo analisado, data de fabricação, data de validade, data da análise realizada a partir de 01 de janeiro de 2026 e número de matrícula com assinatura do responsável pela análise, sob pena de desclassificação.

4.6.3.1. Todas as análises deverão ser realizadas em apenas um lote do produto ofertado, sob pena de desclassificação.

4.6.4. Nos laudos e nos certificados de classificação deverão constar as análises dos critérios organolépticos, macroscópicos, físico-químicos, microbiológicos e dos requisitos de armazenagem, conforme boletins técnicos respectivos dos produtos ofertados.

4.6.4.1. Para os critérios organolépticos, macroscópicos e físico-químicos as análises deverão ser realizadas em no mínimo 01 (uma) unidade amostral do produto ofertado, conforme boletim técnico respectivo.

4.6.4.2. Para o critério microbiológico as análises deverão ser realizadas com base no número de unidades amostrais estabelecidas pelo boletim técnico respectivo ao produto ofertado.

4.6.4.3. Para o atendimento da análise do requisito de armazenagem (embalagem e rotulagem), o licitante poderá comprovar da seguinte forma:

4.6.4.3.1. O requisito embalagem por meio de laudo, ficha técnica e/ou documento equivalente.

4.6.4.3.2. O requisito rotulagem será analisado na entrega do produto ofertado durante a contratação.

4.6.5. As exigências estabelecidas no item “CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO” constantes no boletim técnico, serão analisadas na entrega do produto ofertado pela licitante vencedora durante a contratação.

4.6.6. Ressalta-se que não serão aceitos termos genéricos do tipo “CONFORME EDITAL OU TERMO DE REFERÊNCIA”.

4.6.7. Os laudos e certificados emitidos em nome de um licitante não poderão ser utilizados por terceiros, sob pena de desclassificação.

4.7. Serão avaliados, durante a condução do certame pelo Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB) do 1º Depósito de Suprimentos, os seguintes documentos anexados ao sistema:

4.7.1. Para o artigo **CARNE BOVINA DESOSSADA CONGELADA (ITENS 01 ao 6)**, o LIAB verificará:

4.7.1.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - A do Edital; e

4.7.1.2. Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF) e Registro do produto ofertado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do MAPA (DIPOA) ou Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Registro do produto ofertado no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB).

4.7.2. Para o artigo **CARNE DE AVE (ITENS 7 e 8)**, o LIAB verificará:

4.7.2.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II, Anexo II - B e Anexo II - C do Edital; e

4.7.2.2. Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF) e Registro do produto ofertado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do MAPA (DIPOA) ou Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Registro do produto ofertado no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB).

4.7.3. Para os artigos **PEIXE CONGELADO EM FILÉ (ITENS 9 e 10)**, o LIAB verificará:

4.7.3.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - D do Edital; e

4.7.3.2. Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF) e Registro do produto ofertado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do MAPA (DIPOA) ou Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Registro do produto ofertado no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB).

4.7.4. Para o artigo **CARNE SUÍNA DESOSSADA CONGELADA (ITENS 13 e 14)**, o LIAB verificará:

4.7.5.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - E do Edital; e

4.7.5.2. Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF) e Registro do produto ofertado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do MAPA (DIPOA) ou Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Registro do produto ofertado no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB).

4.7.6. Para o artigo **AÇÚCAR (ITENS 15 e 16)**, o LIAB verificará:

4.7.6.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - F do Edital.

4.7.7. Para o artigo **ARROZ (ITENS 17 e 18)**, o LIAB verificará:

4.7.7.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - G do Edital; e

4.7.7.2. Certificado de Classificação.

4.7.8. Para o artigo **CAFÉ TORRADO E MOÍDO (ITEM 19)**, o LIAB verificará:

4.7.8.1. Laudo da Qualidade Global do Café, ponto de torra, moagem e matérias estranhas macroscópicas e microscópicas, emitido por laboratório especializado

4.7.8.2. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - H do Edital.

4.7.9. Para o artigo **FEIJÃO COMUM (ITEM 20)**, o LIAB verificará:

4.7.9.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - I do Edital; e

4.7.9.2. Certificado de Classificação.

4.7.10. Para o artigo **LEITE EM PÓ INTEGRAL (ITEM 21)**, o LIAB verificará:

4.7.10.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - J do Edital; e

4.7.10.2. Registro de habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF) e Registro do produto ofertado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do MAPA (DIPOA) ou Registro de

habilitação do fabricante do produto ofertado sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Registro do produto ofertado no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB).

4.7.11. Para o artigo **MACARRÃO (ITENS 22 e 23)**, o LIAB verificará:

4.7.11.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - K do Edital.

4.7.12. Para o artigo **MARGARINA (ITENS 24 e 25)**, o LIAB verificará:

4.7.12.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - L do Edital.

4.7.13. Para o artigo **ÓLEO DE SOJA REFINADO (ITENS 26 e 27)**, o LIAB verificará:

4.7.13.1. Laudos das análises exigidas no Anexo II e Anexo II - M do Edital.

4.8. As exigências supracitadas fazem-se necessárias, visando garantir a qualidade dos gêneros a serem adquiridos.

4.9. Os licitantes que atuam como **INTERMEDIÁRIOS** de Produtos de Origem Animal devem apresentar a seguinte documentação:

4.9.1. Certificado de registro ou título de relacionamento comercial com o fabricante, conforme parágrafo único do art. 7º da Lei nº 1.283/1950, ou da Instrução Normativa nº 17/2020, do MAPA;

4.9.2. Alvará sanitário, ou documento equivalente, expedido pelo órgão de vigilância sanitária estadual, distrital ou municipal, atendendo ao disposto na alínea “d” do art. 4º e no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 1.283/1950.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega de 50% (cinquenta por cento) dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, sendo a Empresa entregando 25% (vinte e cinco por cento) em 15 (quinze) dias e os restantes 25% (vinte e cinco por cento) em 30 (trinta) dias e os 50% (cinquenta por cento) restantes em até 60 (sessenta) dias, no seguinte endereço: no 1º Depósito de Suprimento (1º D Sup) – situado à Rua Doutor Garnier no 390, Rocha, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.975-000, sendo estas, , todas as segundas-feiras, terças- feiras e quartas-feiras, de cada mês das 8 horas às 16 horas, EXCETO FERIADOS NACIONAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E MILITARES. Nos meses de dezembro e janeiro, cabe salientar, que ocorre o meio expediente, desse modo, as entregas devem ocorrer no período da manhã. Destaca-se que a não observância nos requisitos supracitados no parágrafo anterior, possivelmente, acarretará na permanência do gênero no local durante o final de semana, a fim de aguardar resultado de sua análise.

5.1.1. O prazo de 15 (quinze) dias para a entrega da primeira parcela (25%) contará a partir da notificação da Contratada sobre a emissão do empenho, que será realizada via e-mail, servindo o comprovante de envio ou confirmação de entrega como marco inicial para contagem do prazo;

5.1.2. Em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento do empenho, a Contratada deverá indicar formalmente o preposto responsável pelo contrato, mediante documento assinado (físico ou digitalmente), informando nome completo, CPF, e-mail e telefone para contato;

5.1.2.1 O preposto deve ter plena autonomia para resolver questões sobre qualidade, prazos e substituição de itens, sendo sua interlocução considerada notificação oficial para todos os fins deste TR.

5.1.3. A entrega da parcela de 50% (cinquenta por cento) prevista para ocorrer em até 60 (sessenta) dias poderá ser fracionada e ter seu cronograma readequado por necessidade exclusiva da Administração, visando o controle de estoque e o giro de gêneros no depósito;

5.1.3.1. A readequação do cronograma prevista no item anterior não exime a Contratada de observar rigorosamente os prazos de validade mínima exigidos nos Boletins Técnicos de QS vigentes no ato da entrega efetiva;

5.1.3.2. As readequações de cronograma tratadas nesta seção não poderão ultrapassar o prazo de vigência do instrumento contratual, nem darão ensejo a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou indenizações.

5.1.4. Do Agendamento e Identificação para Acesso:

5.1.4.1. Para cada entrega prevista no cronograma, a Contratada, por intermédio do seu preposto, deverá solicitar o agendamento formal com antecedência mínima de **07 (sete) dias úteis**, garantindo a previsibilidade do recebimento.

5.1.4.2. Após a confirmação da data pela Administração, a Contratada, por intermédio do seu preposto, terá o prazo de até **48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao ato da entrega para** fornecer os dados completos do veículo (modelo e placa) e da equipe de transporte (nome e CPF).

5.1.4.3. As informações devem ser enviadas pelo preposto através dos canais oficiais de comunicação. O acesso ao aquartelamento fica condicionado à exatidão dos dados enviados e à apresentação de documento oficial com foto. O descumprimento destes prazos ou divergências na identificação impedirão a entrada do veículo, sendo a mora na entrega de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.2. Todo o transporte a ser executado em função das entregas será de única e total responsabilidade da firma fornecedora, correndo por sua conta e risco tal operação, inclusive carga e descarga, seguro e demais despesas.

5.3. O veículo destinado ao transporte de gêneros refrigerados (congelados e resfriados) deverá possuir sistema de refrigeração adequado e estar equipado com dispositivo de monitoramento contínuo (ex: termógrafo). O equipamento deve ser capaz de medir, registrar e armazenar o histórico de temperaturas durante todo o percurso, permitindo a emissão de relatórios para conferência no ato da entrega e, quando solicitado, apresentar certificado de calibração vigente.

5.4. O recebimento dos artigos estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, modelos, embalagens, prazos de validade e instruções, conforme definições constantes nos boletins em anexo do edital.

5.5. O fornecedor deverá ter ciência das seguintes informações, prazos relacionados ao descarregamento e coleta de amostra dos materiais no 1º D Sup:

5.5.1. O descarregamento total dos bens fica condicionado à aprovação em análise laboratorial, devendo ocorrer no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) dias úteis a contar do momento da coleta da amostra. O intervalo específico será estabelecido conforme o protocolo de tempo médio de análise técnica exigido para cada grupo de artigos, conforme detalhado no **ANEXO I-A** deste Termo de Referência, de forma a garantir a previsibilidade do fluxo logístico ao fornecedor;

5.5.2. A entrega dos gêneros refrigerados deverá ser efetuada no período matutino, conforme agendamento, de modo a assegurar a disponibilidade de equipe técnica para a coleta da amostra e a preservação da cadeia do frio;

5.5.3. Para o descarregamento total da entrega do bem o prazo deverá seguir as informações da tabela do **ANEXO I-A**, conforme os gêneros a serem recebidos (a contar do momento da coleta da amostra);

5.5.4. O descarregamento ocorrerá no máximo, até as 14 horas, 2 (duas) horas antes do término do expediente;

5.5.5. A coleta da amostra ocorrerá no máximo, até as 15 horas, 1 (uma) hora antes do término do expediente;

5.5.6. Dependendo do item relacionado a entrega/amostra, poderá ser utilizado o prazo de até 10 (dez) dias após a chegada do item para o seu descarregamento e coleta total, conforme definições constantes nos Boletins em anexo do Edital;

5.5.7. O descarregamento somente ocorrerá na presença de um responsável da empresa contratada no 1º D Sup; e

5.5.8. Durante o descarregamento e/ou coleta da amostra, ficará estritamente proibida à presença de cônjuges, filhos, sobrinhos, amigos e afins nas dependências do aquartelamento.

5.6. O fornecedor deverá seguir a padronização dos paletes para a entrega, conforme definições constantes nos Boletins em anexo do Edital.

5.7. Recebimento Provisório

5.7.1. O LIAB (Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia) do 1º D Sup realizará a verificação dos produtos entregues, realizando ensaios e testes para atestar se os artigos estão em conformidade com as especificações, a qualidade e as quantidades contratadas, no prazo de 10 (dez) dias para emissão de laudo conforme definições constantes nos Boletins em anexo do Edital.

5.7.2. Não sendo atendidas as especificações, os artigos serão devolvidos, ficando a empresa licitante vencedora obrigada a trocar, às suas expensas, tendo o prazo de até 10 (dez) dias corridos para recolher o material que vier a ser recusado, de acordo com o disposto no art. 119, da Lei no 14.133/21, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/21. Ressalvados os gêneros frigorificados, que deverão seguir o prazo específico constante no item 5.11.5 deste Termo.

5.7.2.1 A reposição do material para nova análise deverá ocorrer em até **15 (quinze) dias corridos**, contados do prazo final de recolhimento;

5.7.2.2. Caso o objeto seja recusado após a 2ª (segunda) análise, será instaurado processo administrativo sancionador;

5.7.2.3. Para fins de multa e juros de mora, o atraso será contado retroativamente ao primeiro dia útil após o vencimento do prazo original de entrega, descontando-se apenas o período da 1ª (primeira) análise técnica.

5.7.3. No caso dos itens serem reprovados pela 3ª (terceira) vez, o contrato de fornecimento poderá ser cancelado, com a adoção das medidas administrativas e legais previstas em Lei. Assim sendo, a segunda empresa classificada no certame será convocada para contratar com o Comando da 1ª Região Militar o fornecimento dos gêneros, condicionada ao atendimento das condições enumeradas no presente Edital e seus Anexos.

5.7.4. A critério do Órgão Provedor Regional, os gêneros frigorificados podem ser acondicionados no interior da câmara frigorífica do OP – 1a RM, loteado separadamente, enquanto decorre o prazo de inspeção do LIAB, de maneira a preservar a temperatura e minimizar perdas por ocasião da entrega dos itens.

5.7.5. Em caso de reprovação da amostra frigorificada, coletada pelo LIAB, em relação ao escrito no item supracitado, a Empresa responsável, terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da notificação da reprovação da amostra, para recolher o produto. Findo este prazo sem a retirada, a Administração aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do lote rejeitado e procederá ao descarte ou destruição do produto, conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes, por razões de segurança orgânica e saúde pública.

5.7.6. A comprovação das características mínimas de qualidade do café, especificamente a Qualidade Global (QG) ≥ 6,5 (Categoria Superior), dar-se-á mediante a apresentação obrigatória, no ato da entrega, do Documento de Classificação e dos Laudos de Análises Complementares (Anexos I a V da Portaria SDA/MAPA nº 570/2022). Tais documentos devem ser emitidos por classificador registrado no MAPA.

5.7.7. As embalagens dos gêneros alimentícios a serem descartadas após o consumo deverão, preferencialmente, ser recicláveis, de acordo com a Lei no 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.7.8. Havendo a necessidade de realização de testes e ensaios mais detalhados ou a troca do produto, o 1º D Sup registrará no verso da Nota Fiscal/Fatura os produtos que não serão recebidos definitivamente. Procedendo-se a realização de testes junto a órgãos governamentais, fabricante ou empresas especializadas, visando à análise da qualidade, autenticidade e conformidade com as especificações contratadas.

5.7.9. Salvo disposições em contrário e constantes de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

5.7.10. Os preços apresentados devem considerar taxas, impostos, fretes e /ou emolumentos que lhe forem devidos, não se aceitando a inclusão de quaisquer outros fatores que onerem os preços e o contrato a posteriori.

5.8. Recebimento Definitivo

5.8.1. Verificada a compatibilidade entre as especificações contratadas e o produto apresentado, será registrado no verso da Nota Fiscal/Fatura o recebimento definitivo dos produtos, configurando-se a aceitação do produto por Comissão composta por militares do 1º Depósito de Suprimento.

5.8.2. Só haverá o recebimento definitivo dos produtos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade do material, resguardando-se ao 1º D Sup o direito de não aceitar o gênero cuja qualidade seja comprovadamente baixa em desacordo com a especificação, conforme definições constantes nos Boletins em anexo do Edital.

5.8.3. Concluindo que o produto fornecido está em desacordo com o edital o Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Região Militar poderá aplicar a penalidade de suspensão, sem prejuízo das demais previstas neste termo e na legislação em vigor.

5.8.4. O fornecedor ficará obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará sua aceitação. Desse modo, a aceitação do recebimento fica condicionada a inspeção de Comissão desta Administração.

5.8.5. O fornecedor deverá ter ciência que não é permitido a presença de outras pessoas que não o motorista responsável pela entrega, ou seja, está terminantemente PROIBIDA a presença de cônjuges, filhos, sobrinhos, amigos e afins nas dependências do aquartelamento.

5.8.6. Todas as entregas deverão vir, impreterivelmente, com o ROMANEIO DE EMBARQUE, especificando o peso de cada Pallet e as mercadorias que se encontram nele, para fins de conferência. A carga deverá ter uma arrumação que proporcione o acesso para retirada de amostra, principalmente quando tem mais de um item na mesma entrega.

5.8.7. As amostras colhidas para análise constituem em ônus do fornecedor, conforme previsto no art. 140, § 4o, da Lei nº 14.133/21, devendo a mesma considerar as quantidades por lote de entrega dos artigos, devendo providenciar a reposição das quantidades retiradas para amostra, nas entregas subsequentes ou enviá-las junto com a carga total contratada no momento da entrega, conforme definições constantes nos Boletins em anexo do Edital.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do

objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

7.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens serão rejeitados, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do TR, da Proposta ou dos Boletins Técnicos de QS, devendo ser substituídos nos prazos estabelecidos no item 5.7.2 (Gerais) ou item 5.7.5 (Frigorificados), conforme o caso.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá nos termos do item 5.8 e seus respectivos subitens.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será nos termos do item 5.8 e seus respectivos subitens.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES

/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05/05/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

	Ativo Circulante
--	------------------

LC =	Passivo Circulante
------	--------------------

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Em relação às características dos bens, apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove a aptidão relacionada à entrega de Gêneros Alimentícios subdividindo-os em: Gêneros Frigorificados (itens 01 ao item 14 do Termo de Referência) e Gêneros Secos (itens 15 ao 27 do Termo de Referência);

9.30.1.2. Em relação às quantidades dos bens, apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, de no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade máxima estabelecida no Termo de Referência (Anexo I).

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, desde que os mesmos sejam pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, de acordo com o subitem acima.

9.30.3. Define-se como compatível para fins comprovação da qualificação técnica o fornecimento de gêneros alimentícios conforme as subdivisões mencionadas no item deste Edital, realizado no prazo de 12 (doze) meses, de no mínimo 30% (trinta por cento), em relação a quantidade estimada constante no item 1.1. do Termo de Referência, descrito no item(ns) ganho(s);

9.30.4. Poderão ser exigidas, a título de diligência para esclarecer ou complementar a instrução, conforme § 20, art. 59, da Lei no 14.133/2021, as respectivas Notas Fiscais dos Atestados de Capacidade Técnica para comprovação de venda/fornecimento do(s) produto(s) constante(s) nos Atestados anexados ao sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

9.30.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 114.646.897,00 (cento e quatorze milhões seiscientos e quarenta e seis mil oitocentos e noventa e sete reais)**, conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima](#).

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

OU

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;~~

~~1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. [A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) [A2].~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a)
(data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

~~3.1. São obrigações do Contratante:~~

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;~~

~~3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~3.1.8.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]~~

~~3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXXX.[A5]~~

~~3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6][A7]~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9];~~

~~4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~

~~4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~

~~4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso~~

exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

~~4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~

~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.[A12];~~

~~4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

5. — DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~
~~— 5.3.1. — ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~
~~— 5.3.2. — poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

OU

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14]~~

~~5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A15].~~

~~— 5.5.1. — Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

~~5.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.~~

~~5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.~~

~~— 5.8.1. — Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~— 5.8.2. — A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~— 5.8.2.1. — Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~— 5.9.1. — Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~— 5.9.2. — Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~— 5.9.3. — Indenizações e multas.~~

~~5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

6. DOS CASOS OMISSOS

~~6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]~~

7. ALTERAÇÕES

~~7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~

~~7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]~~

~~7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8. FORO~~

~~8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II

~~TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA~~~~[A1]~~

~~Por meio deste instrumento, (~~identificar o Contratado~~) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no ~~Edital~~ ~~OU~~ ~~Aviso de Contratação Direta~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o ~~Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica~~ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.~~

~~Local UF, de de 20....~~

~~(Nome e Cargo do Representante Legal)~~

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO AURELIO KUSTER DE PAULA

Chefe do Escalão Logístico do Comando da 1ª Região Militar

Despacho: APROVO o presente Termo de Referência que contém todas as informações necessárias para eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios (QS), conforme condições, quantidades e exigências estipuladas.

FRANCISCO PAULO DE SANTANA JUNIOR

Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Região Militar

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - A TEMPO DE ANALISES.pdf (49.37 KB)